

Congresso quer prerrogativas de volta

A principal tarefa do futuro Congresso Nacional será lutar pelo retorno de suas prerrogativas, para que os parlamentares possam debater os grandes temas de interesse coletivo, como a reforma constitucional e a crise econômica, sem pressões e sem o risco de veracionada a Lei de Segurança Nacional.

É esse o ponto de vista dos

deputados federais eleitos **Samir Achoa**, do PMDB, **Anselmo Farabulini Júnior**, do PTB, e **Djalma de Souza Bom**, do PT, que se incluem entre os mais votados de seus partidos nas eleições de 15 de novembro e, com essa qualificação, participaram de mesa-redonda promovida pelo **Estado** para debater o papel do novo Congresso. Farabulini Júnior re-

presentou o PTB porque a deputada Ivete Vargas, a mais votada por seu partido, estava doente na ocasião. Pelo PDS havia sido convidado o deputado eleito Paulo Maluf, o mais votado do partido, e como ele se encontrava em viagem ao Exterior, o representante pedessista seria o deputado eleito Antônio Henri-

que da Cunha Bueno que, entretanto, não compareceu.

Segundo os participantes do debate, coordenado por Tadeu Afonso, as oposições, desde que se unam, terão importante papel no Congresso: caberá a elas lutar pelas reformas políticas e pela plenitude democrática. "Estão confundindo democracia com a abertura", diz Samir Achoa.

No campo econômico, os três parlamentares oposicionistas atribuem a atual crise ao governo da Revolução que, segundo eles, administrou mal o país e desenvolveu "projetos faraônicos", como o programa nuclear. A saída proposta por Farabulini Júnior é levar a crise à discussão pelo Congresso. Djalma Bom

afirma que, para seu partido, a solução está "numa sociedade socialista". E Samir Achoa, por sua vez, acredita que a ida do Brasil ao FMI, "por paradoxal que pareça, pode ser a solução para que aplaquemos um pouco o apetite desenfreado dos tecnocratas, que fazem o que querem da Nação brasileira".